

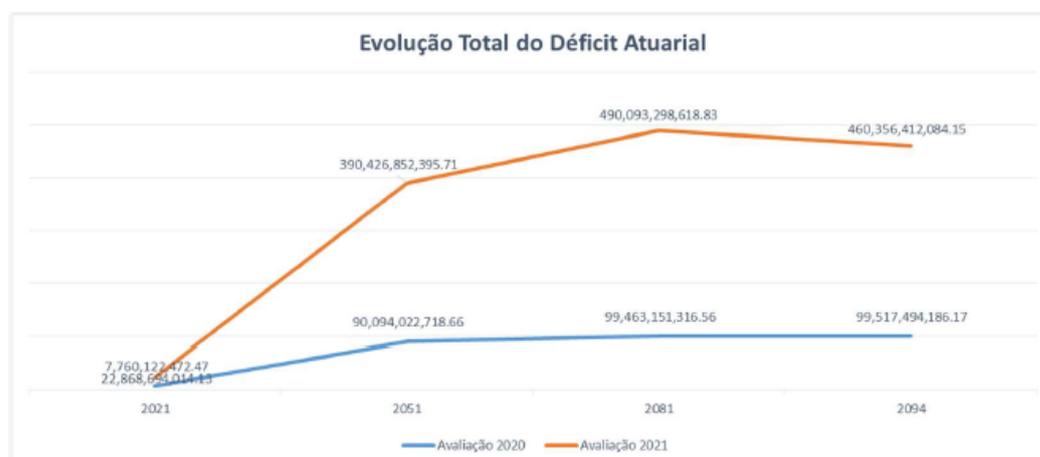
Prezada Juliana Bublitz

Ao cumprimenta-la, ciente da importância e responsabilidade do trabalho da imprensa, venho respeitosamente através desse solicitar um espaço para contraponto em sua coluna.

Na matéria jornalística publicada em 02-02-2022, com o título “Déficit da Previdência do Estado cai 9,3% em 2021”, informa-se que as reformas sancionadas entre 2020 e 2021 pelo governador Eduardo Leite fizeram o déficit previdenciário cair. Ocorre que tal argumento não pode ser sustentado por documentos oficiais e fatos objetivos ignorados pela matéria. Assim, o leitor é induzido a certas conclusões a partir informações parciais e não na sua totalidade. Pressupondo não ser seu propósito omitir ou manipular as conclusões apresentadas é que me dirijo a você. Como leitor do jornal Zero Hora, também parto da premissa que a visão ampla dos fatos e a completude de documentos é o propósito central. A seguir abordo a questão.

A matéria se refere a déficit previdenciário calculado a partir da diferença entre Receitas e Despesas de 2021 para 2020. Os números estão corretos, não é esse o ponto. Contudo, eles se referem somente aos desembolsos, no curto prazo. Logo, representa apenas uma parte da conta. Justamente aquela que parece positiva. Ocorre que o governo ampliou a longo prazo o déficit atuarial da previdência para chegar a esse resultado. Esses valores podem ser verificados nos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) acessível a qualquer cidadão e tema recorrente do Conselho de Administração do Gestor Único do RPPS (IPE-PREV).

Aqui faço uma síntese para demonstrar com clareza, mas tudo consta no Processo nº 21/2442-0002459-0 que gerou a Resolução nº 09/2021 do Conselho de Administração do IPE-Prev, que pela terceira vez reprovou a avaliação atuarial do RPPS, justamente por apresentar desequilíbrio atuarial, que na prática é endividamento a longo prazo. Veja o trecho a seguir do referido processo:



Fonte: elaborado pelo autor a partir de Relatório de Avaliação Atuarial 2020 (Lumens) e Reavaliação Atuarial Estado do Rio Grande do Sul (Inove)

43. Assumindo todos parâmetros como verdadeiros, o gráfico é revelador. O déficit atuarial do RPPS em 2021 mais que triplicaria: R\$ 7,760 bilhões (avaliação atuarial 2020) e R\$ 22,869 bilhões (avaliação atuarial 2021). Tomando-se o ano de 2094, o déficit atuarial mais que quadruplicaria: R\$ 99,517 bilhões (avaliação atuarial 2020) e R\$ 460,356 bilhões (avaliação atuarial 2021).

Os dados desse documento público são eloquentes e falam por si só: **no longo prazo mais do que quadruplicou o déficit da previdência**. Tratam-se dos fluxos atuariais de 2020 e 2021, constante nos DRAAs, informações do próprio governo. São os déficits (receitas menos despesas) projetados ao longo dos anos de cada uma das avaliações atuariais. Aqui já estão os dois regimes consolidados (Repartição Simples e Capitalizado), portanto abarca toda reforma.

Voltando a analogia que fiz anteriormente com um empréstimo vamos chamar como “crédito”, o que o governo deixou de desembolsar ou diminuição do rombo: R\$ 927 milhões. Vamos chamar de custo desse crédito, o quanto ele se endividou ao longo do tempo para obter o crédito: o déficit atuarial. Em 2021, o custo desse crédito pode ser obtido pela diferença entre os déficits atuariais (da avaliação atuarial de 2021 para a de 2020, considerando o mesmo ano de referência): para o ano de 2021 esse valor é R\$ 15,109 bilhões. Isso significa que o Estado terá que desembolsar mais de R\$ 15 bilhões ao longo da vida dos servidores e servidoras (ativos, aposentados e pensionistas). Será que se pode induzir a uma avaliação que as reformas foram positivas?

Vamos reduzir para montantes mais palpáveis? Você pegaria um empréstimo de R\$ 927 assumindo uma dívida de R\$ 15.000? Seria razoável afirmar que isso é positivo?

Não foi por acaso que a Secretaria da Previdência junto ao Ministério da Economia reprovou parte das reformas (referência do documento no mesmo Processo nº 21/2442-0002459-0), mais notadamente a reestruturação do FUNDOPREV CIVIL. Justamente nesse aspecto reside a maior parte do desequilíbrio atuarial. O governo passou cerca de 17.000 mil servidores do fundo capitalizado (que forma reserva) para o fundo de repartição simples (que não forma reserva, se financia com recursos correntes). O resultado não surpreende. Se não se forma reservas para fazer frente a despesas futuras, aumenta-se o rombo futuro. Justamente essa é a resultando das medidas lançadas pelo governo.

Finalmente, agradecendo sua atenção, faço votos que oportunize aos leitores e sociedade gaúcha uma discussão mais ampla de um tema, que ao fim e ao cabo, repercutirá no bolso da população. Nesse sentido, firme no respeito e consideração, peço que acolha meu pedido para um contraponto. Desde já agradeço. Saudações